



DEMANDAS DO AEE NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS PARA APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR

Ana Caroline dos Santos¹

Juliana Souza da Fonseca²

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo³

Categoria: Relato de Experiência

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Práticas pedagógicas com alunos público-alvo da Educação Especial

RESUMO: O presente trabalho irá abordar o andamento do programa de apoio a projetos de intervenção metodológica, analisando a produção de materiais didático-pedagógicos acessíveis para o público alvo do projeto que pretende colaborar com o processo de inovações metodológicas e produção de materiais pedagógicos acessíveis, utilizando tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual, surdez, paralisia cerebral, deficiência intelectual e transtorno de espectro autista na Educação Básica. A questão central desta pesquisa é identificar as demandas existentes das escolas participantes do projeto. O mapeamento foi desenvolvido em 03 Salas de Recursos multifuncionais, contando com a colaboração de 05 professoras do AEE. Orienta-se metodologicamente, de acordo com os pressupostos de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo dos dados, no qual se fará análises de questionários para a finalidade de mapeamentos dos materiais disponíveis nas instituições parceiras juntamente com as professoras do atendimento educacional especializado e do ensino comum.

Palavras-chave: Materiais Didático-pedagógicos acessíveis, Atendimento Educacional Especializado, Inclusão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

¹ Ana Caroline dos Santos. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (FACED/ICH/Unifesspa). Bolsista PAPIM. E-mail: anacarolineaires03@gmail.com.

² Juliana Souza da Fonseca. Graduada do curso de Licenciatura plena em Pedagogia (FACED/ICH/Unifesspa). Bolsista PAPIM. E-mail: fonsecaj324@gmail.com.

³ Professora Doutora da Faculdade de Pedagogia (FACED); Instituto de Ciências Humanas (ICH); Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Inclusão Acadêmica (NAIA) da Unifesspa, Mestre e doutora em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar. E-mail: luceliaccr@Unifesspa.edu.br



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



O trabalho aqui apresentado é resultado do projeto de pesquisas realizadas no município de Marabá, através dos dados coletados no projeto de pesquisa intitulado: Laboratório interdisciplinar de produção de materiais didático-pedagógico acessíveis e o uso de tecnologias assistivas com alunos com deficiências da Educação Básica PAPIM/UNIFESSPA.

O cerne principal do trabalho é avaliar e analisar as demandas existentes encontradas em três escolas da rede municipal de ensino, em conjunto com as professoras do AEE – Atendimento Educacional Especializado, analisando o processo de produções de materiais didático-pedagógicos para os alunos com as deficiências alvo do projeto, a partir das demandas existente na unidade escolar. Segundo a concepção de RABELO (2014, p. 3 BRASIL, 2008 p. 9) sobre a matrícula dos alunos no ensino regular diz baseada na constituição federal argumenta que:

Fica instituída a matrícula preferencial no ensino regular, com frequência do aluno no ensino comum em um turno, e no outro inverso, frequenta a sala de recursos multifuncionais, onde receberá o atendimento educacional especializado que funciona para: [...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A Constituição Federal de 1988, no capítulo III, Art. 205 prevê a educação como direito de todos e o Art. 208, inciso III, assegura atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1988). Os preceitos constitucionais determinam que o público alvo da educação especial deve ter seus direitos efetivados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, afiança também a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e em todas as atividades de seu contexto (BRASIL, 1996, p.44):

[...] delega aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar uma educação que atenda às necessidades especiais do educando – “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, professores com formações na área da educação especial e inclusiva”.

Nosso escopo também é dar ênfase a descrição de uma das linhas de ações, que é a garantia de condições de oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos com deficiência no sistema de ensino regular como prevê a Declaração de Salamanca promulgada em 1994. De acordo com (BRASIL 1994, p. 3 apud, SILUK, 2012, p. 36), “[...] deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. Essa oferta de ensino deve, portanto, atender a esses alunos proporcionando a eles condições de acessibilidade para atender as suas necessidades educacionais, sem dúvida sendo de grande importância esse tipo de ensino nas unidades escolares. A sala de recursos para atender as demandas necessita segundo o Manual de orientação: Programa de implementação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010) p.6:

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

A pesquisa tenciona mostrar que mesmo com a implementação das salas de recursos nessas escolas se tem de fato equipamentos, recursos acessíveis a fim de promover a escolarização adequada, bem como apresentar as diversas dificuldades pela falta de recursos financeiros o que muitas vezes compromete o andamento das atividades e do planejamento das professoras. Considerando as definições legais sobre o atendimento educacional especializado nessa pesquisa, ouvimos as professoras que atuam nas SRMs sobre como analisam a sua prática pedagógica na oferta do AEE. Buscando responder os seguintes questionamentos: Quais as principais demandas da escola? Quais os números de escolas são atendidos pelas as SRM? Qual são os perfis de alunos com deficiência são atendidos? Quais as principais dificuldades encontradas são decorrentes nesse processo? Como se dá o trabalho executado dentro e fora das SRM?

Objetivo: Analisar as demandas existentes na escola e a partir da realização do mapeamento, como também avaliar o desenvolvimento profissional de professoras do AEE através das condições de trabalho que lhe são oferecidos na rede ensino.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo alicerça-se na abordagem qualitativa de pesquisa, de acordo com (MINAYO, 2013):

[...] A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes[...]o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa dificilmente pode ser traduzida em números e indicadores quantitativos.

Este trabalho foi sistematizado através dos documentos elaborados pelas bolsistas do projeto PAPIM – Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica, adjunto com a Coordenadora do Projeto de Demandas do AEE na Produção de Materiais Didático-Pedagógicos Acessíveis para Apoio à Inclusão Escolar.

Para a realização da pesquisa sucederam-se aplicações de questionários em 3 (três) escolas da rede pública do ensino fundamental da região de Marabá-PA, os referidos questionários são sobre o perfil do professor, protocolo de levantamento de informações sobre a política de implantação de salas de recursos multifuncionais, questionário de demandas de materiais para educação e também, como subsídio para o mapeamento utilizamos 3 (três) fichas de perfil dos alunos com as deficiências para cada sala de atendimento das escolas parceiras que o projeto abrange, para então sistematizarmos os materiais para cada deficiência apontada pelas professoras do AEE.

Para procedimentos burocráticos, foram desenvolvidos pelas bolsistas em conjunto com a coordenadora do projeto os documentos como ofícios e autorizações para desenvolvê-lo do projeto dentro das escolas escolhidas, todos direcionados às Diretorias das instituições contendo informações essenciais sobre o projeto e seu desenvolvimento, para as professoras foi realizado o termo de consentimento livre e esclarecido com as devidas informações também.

A pesquisa está sendo desenvolvida no município de Marabá no Pará iniciando no Mês de Abril de 2017 finalizando no Mês de Janeiro de 2018 pretendendo-se através desse levantamento produzir materiais pedagógicos acessíveis no apoio à inclusão escolar. Até o presente momento para o levantamento das demandas foram realizados 6 (seis) encontros afim de realização da coleta de dados.

A identidade dos participantes será mantida em sigilo e substituída por nomes fictícios por motivos éticos e total prevenção dos referidos. A destacarmos que aprovação deste trabalho é um procedimento ético. A pesquisa está sendo realizada através de visitas nas salas do AEE, tendo contato direto com o ambiente, com as professoras e com os alunos ali atendidos.

Esse levantamento para análises e descrição como relato de experiência foi realizada e dividida em 2 (duas) Etapas: Etapa 1: Mapeamento das Demandas dos alunos, Etapa 2: Avaliação do mapeamento das demandas de alunos do AEE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão de como é o atendimento educacional especializado nas SRM – Salas de Recursos multifuncionais e sobre as demandas de materiais didático-pedagógicos acessíveis que os alunos com deficiência público alvo do referido projeto de intervenção metodológica requerem para uma educação de qualidade, as análise e sistematizações dos dados observados e coletados foram organizados a partir de 2 (duas) etapas que se destacam no projeto em andamento que serão descritas a seguir.

Mapeamento das Demandas dos alunos

Ao mapearmos as demandas das 3 (três) escolar visitadas, podemos perceber e entender o quão é dissociável a Sala de Recursos Multifuncionais com as Salas comuns das instituições que foram contempladas.

De acordo com a Declaração de Salamanca sobre a escola inclusiva e de sua funcionalidade como um requisito de oferecer aos alunos com necessidades educativas especiais uma educação de qualidade se há um embate na perspectiva

de não se ter as oportunidades de assegurar essa educação. Como nos diz Bueno (1999, p. 10):

A perspectiva apontada pela Declaração de Salamanca de indicar enfaticamente a escola inclusiva – mas, ao mesmo tempo reconhecer que está só se efetivará com o aprimoramento, de fato, dos sistemas de ensino, sem o que há risco de não se oferecer oportunidades efetivas de aprendizagem e de considerar que possam existir “fortes razões” que impeçam a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no Ensino regular – oferecer oportunidade para as mais diferentes posições.

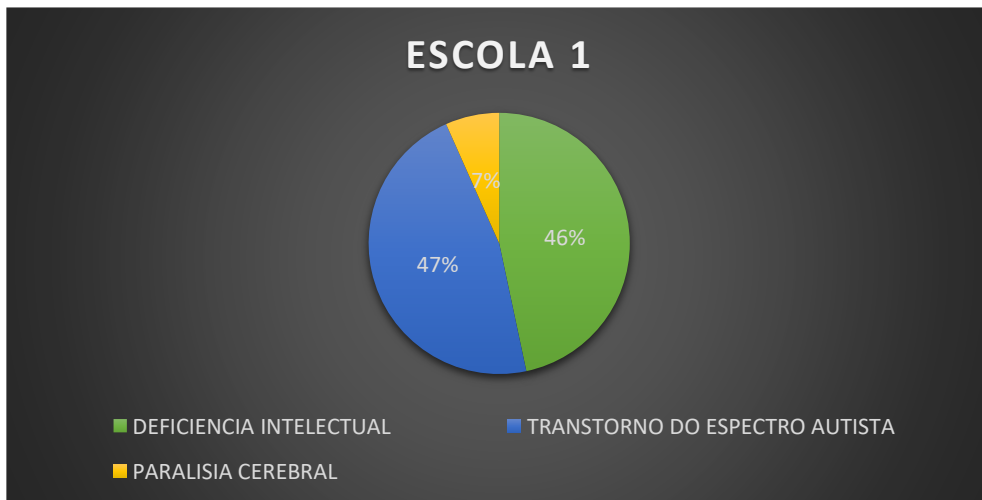
Com base nessa perspectiva assegurada em documentos legais como Política Nacional de Educação Especial (2008) procuramos identificar as demandas existentes do público alvo em que a escola tem ofertado o atendimento educacional especializado, através dos questionários que foram utilizados na pesquisa, sistematizamos através desta tabela:

| PROGRAMA DE APOIO Á PROJETOS E INTERVENÇÃO METODOLÓGICA - PAPIM | | | | | |
|---|------------------|--|------------------|--|------------------|
| DEMANDAS | | | | | |
| ESCOLA 1 | | ESCOLA 2 | | ESCOLA 3 | |
| Quantidade de Professoras | 03 | Quantidade de Professoras: | 02 | Quantidade de Professoras: | 02 |
| Tipo de SRM | Tipo 01 | Tipo de SRM: | Tipo 01 | Tipo de SRM: | Tipo 01 |
| Quantidade de alunos com Deficiência que a escola atende: | 10 alunos | Quantidade de alunos com Deficiência que a escola atende: | 36 alunos | Quantidade de alunos com Deficiência que a escola atende: | 21 alunos |
| Quantidade de alunos com Deficiência que a escola atende, de outras escolas | 05 alunos | Quantidade de alunos com Deficiência que a escola atende, de outras escolas: | 18 alunos | Quantidade de alunos com Deficiência que a escola atende, de outras escolas: | 06 alunos |

| Quais as deficiências dos alunos atendidos pela escola: | Transtorno do Espectro Autista Deficiência Intelectual Paralisia Cerebral | Quais as deficiências dos alunos atendidos pela escola: | Deficiência intelectual Deficiência auditiva Deficiência múltipla | Quais as deficiências dos alunos atendidos pela escola: | Deficiência intelectual Deficiência física Transtorno do Espectro Autismo TDHA |
|---|--|---|--|---|---|
| Quantidade de escolas atendidas: | 02 | Quantidade de escolas atendidas: | 03 | Quantidade de escolas atendidas: | 03 |

Podemos examinar através da tabela, demandas diferentes entre a escola 1 (um) e as demais por se tratar apenas de escola de 1º ao 5º ano. E que não atende muitos alunos de demais escolas. A escola 2 (dois) possui o maior número de alunos pois estão incluídos alunos do 1º ao 9º ano, e atende alunos de outras escolas da rede de ensino. Os gráficos a seguir possibilitam ter um panorama de alunos e deficiências que possuem uma demanda maior nas seguintes escolas.

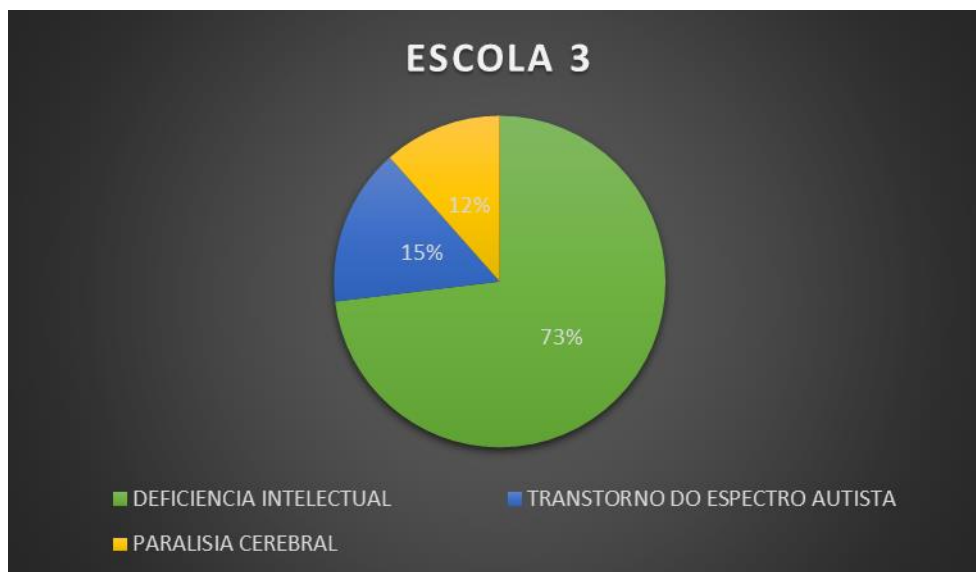
GRÁFICOS DE DEMANDAS DE DEFICIÊNCIAS POR ESCOLAS



Fonte: Informações retiradas a partir das análises dos questionários aplicados nas instituições.



Fonte: Informações retiradas a partir das análises dos questionários aplicados nas instituições.



Fonte: Informações retiradas a partir das análises dos questionários aplicados nas instituições

Através dos gráficos apresentados podemos observar que a maior atendimento nas salas de recursos pesquisadas é de alunos com deficiência intelectual. Com base nas 3 fichas que levantamos dados para saber o perfil de alunos que serão ajudados com os materiais produzidos nos projetos, as professoras procuraram inserir alunos de diferentes deficiências afim de obter mais conhecimento sobre a produção de materiais, identificamos que a maioria das famílias dos alunos são bem frequentes na escola, com exceção da escola 2 que tem enfrentado problemas com a família e com os docentes da unidade escolar.

Avaliação do mapeamento das demandas de alunos do AEE

Mediante o mapeamento das demandas para a produção de materiais didático-pedagógicos acessíveis podemos encontrar observar as salas de recursos pesquisadas encontra-se em bons estado e possuem boas estruturas. Em relação à sala de recurso e seus materiais para o auxílio dos alunos de acordo Brasil (2008, 2009; MACEDO et al., 2011) referenciado por Mendes (et al 2011, p. 258):

A sala de recursos multifuncionais se caracteriza como um serviço especializado de natureza pedagógica com o auxílio de materiais específicos e equipamentos tecnológicos, que apoiam e complementam o atendimento educacional realizado nas classes de ensino regular, mediante a necessidade do cumprimento do estabelecido nos documentos oficiais para a educação. Esse atendimento, segundo a resolução, deverá ser

paralelo ao horário da classe comum em que o aluno estiver “incluído”. No entanto o AEE não pode ser confundido com reforço escolar, mas deve constituir-se como um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de apropriação, construção e produção de conhecimentos (BRASIL, 2008, 2009; MACEDO et al., 2011).

As professoras do atendimento educacional especializado possuem especializações na área de educação especial, tem procurado participar de eventos e congressos na busca de novas estratégias pedagógicas para aprimoramento e aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas, e tem conseguido atender a demandas existentes. Dentro dessa mesma perspectiva, o autor ainda nos diz que:

[...] temos os novos arautos da Educação Especial, os que advogam a inclusão de toda e qualquer criança na escola regular, sem levar em consideração que a implementação dessa escola demanda o estabelecimento de políticas de aprimoramento dos sistemas de ensino, sem as quais não se garante um processo de escolarização de qualidade.

Ao fazermos o diálogo com as professoras do atendimento educacional observamos e destacamos duas problemáticas decorrentes nas falas das professoras que foram: - A falta de recursos financeiros que a secretaria de educação não tem fornecido na cidade alegando corte de gastos. - Dificuldade dos professores do ensino comum e AEE de se pensar materiais através das demandas existentes que venham suprir as necessidades educacionais do aluno.

Os materiais didáticos pedagógicos são uma ótima ferramenta de trabalho quando elaborado e utilizado com base nos perfis dos alunos, devido ao seu alto custo na produção desses materiais dificulta o trabalho à medida que precisa de mais materiais pra atender a demanda de alunos, porem as professoras tem buscado superar essas dificuldades, produzindo materiais alternativos e de baixo custo. O que se percebe é que se faz necessário uma interação em favor dos alunos com necessidades especiais sobre uma melhor prática do processo de escolarização desses alunos, pois se não houver comunicação com os agentes atuantes nessa situação que são os professores tanto das SRMs quanto das salas comuns, realmente não tem como fluir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

Visto que o projeto se encontra em andamento, o presente trabalho procurou mostrar as demandas das escolas até então visitadas, e buscamos também ampliar o número com base em outras escolas que serão contempladas pelo projeto. Possivelmente até o final da pesquisa será possível apresentar os resultados do levantamento de demandas através dos materiais didáticos produzidos pelas ações vigentes pelo projeto.

É possível identificar problemáticas que perpassam por todo o sistema de ensino brasileiro que são decorrentes da falta de recursos financeiros e o ensino colaborativo entre o professor da sala comum e sala de AEE, para planejamento de novas metodologias e materiais. No entanto cabe destacar-se que o empenho de professores que buscam aprimorar a sua prática pedagógica apesar das demandas que os envolve dentro do sistema que lhes são impostos, através de curso de aperfeiçoamento que sem dúvidas cabe aqui vislumbrar essa formação continuada tão importante para a garantia de uma escolarização de qualidade para os alunos com necessidades educacionais especiais, que possibilita ao profissional o entendimento de seu papel dentro desse processo. Segundo (BRAUN, VIANNA. 2011. p. 4) as autoras nos dizem que:

[...] atuar com alunos com necessidades educacionais especiais no espaço da escola regular exige outras formas de lidar com o processo escolar; formas estas que precisam ser compartilhadas por todos os ambientes que oferecerem o atendimento educacional especializado, independentemente da sua caracterização. Assim, percebemos que há a necessidade da organização de uma rede de saberes, na qual os profissionais envolvidos com esses alunos, na sala de aula ou em outros ambientes da escola ou ainda no AEE, que pode acontecer fora da sua escola, precisam ter a condição de compartilhar os caminhos que são necessários para esse aluno aprender e se desenvolver.

Contudo, podemos entender que a formação das redes de saberes capazes de lidar com o espaço de atendimento educacional especializado e com a dinâmica escolar inclusiva precisa considerar que serão necessários diferentes perfis de professores atuantes dentro desse processo. E esse pensamento se respalda nas necessidades educacionais que cada aluno, que poderão exigir ações diversas como, o domínio de Libras, de Braille, de técnicas de ensino ou de elaboração de

materiais didático-pedagógicos acessíveis, ou seja, deve-se pensar em qual educação se quer oferecer, pensando-se em uma educação de qualidade e baseada na inclusão de todos, para que se possa existir uma educação ética e comprometida com todas as causas que envolvam uma educação emancipadora (BRAUN, VIANNA. 2011).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988.../CON1988.pdf Acesso em: 5 mar. de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 15 de dez. de 2011.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e Plano de Ensino Individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. **Educação especial e inclusão escolar**. RJ: Ed. UFFRJ, 2011.

BUENO, José Geraldo. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista brasileira de educação especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

MENDES, Geovana; PLETSH, Denise; SILVA, Fabiany. Atendimento Educacional Especializado: Por Entre Políticas, Práticas e Currículo – Um Espaço Tempo de Inclusão? **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 3, p. 255-265, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social. Teoria Método e Criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

RABELO, Lucélia et al. **O Atendimento Educacional Especializado no Município de Marabá Sob o Olhar Das Professoras das SRMS**. CBEE, 2014.

TURCHILLO, Priscila; SILVA, Sandra Suzana; GUARESCHI, Taís. Atendimento Educacional Especializado (AEE). In: SOBRENOME, SILUK, Ana Cláudia et al. **Atendimento Educacional Especializado: Contribuições para a Prática**

Pedagogica.1.ed., 1. reimpr. - Santa Maria: UFM, CE, Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2014. pp. 16-370.